

ASPECTOS GERAIS DO ESTADO

Criado com a Constituição de 1988, o Estado Do Amapá, cuja capital é Macapá, está localizado na Região Norte do Brasil. Possui 16 municípios e ocupa uma área de 142.828,521 km². Limita-se ao Norte com a Guiana Francesa; ao sul com o Estado do Pará; ao leste Oceano Atlântico; e a oeste com o Estado do Pará.

Desde sua criação, vem demonstrando forte crescimento populacional, motivados principalmente pelas atividades de extrativismo e pela implantação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS). Segundo dados da Secretaria de Planejamento (SEPLAN), entre 2001 a 2017, houve um crescimento populacional (59,95%), superando os percentuais apresentados pela Região Norte (20,46%) e pelo Brasil (35,41%). Conforme último censo do IBGE, a população do Amapá é de 797.722,00 habitantes e a densidade demográfica é de 5,59 habitantes por km².

O Produto Interno Bruto (PIB) do Amapá em 2015 foi de R\$ 13.750 milhões, com um crescimento, desde 2011, na ordem de 46,14%, percentual este maior que o apresentado pelos demais estados da Região Norte (32,42%) e pelo Brasil (36,74%) no mesmo período. O PIB per capita registrou crescimento de 1,3% em relação ao ano anterior (2014), atingindo o montante de R\$ 18.079, ocupando a 16^a posição no ranking nacional em 2015 (dados disponíveis no IBGE: <https://www.ibge.gov.br>).

A economia está concentrada no setor de serviços, que respondem por quase 85,8% da economia estadual, com destaque para o setor público (44%). No entanto, em 2015, o setor com maior crescimento foi o da indústria, com um aumento de 15% do valor adicionado bruto do estado, participando com 12% na composição do PIB:

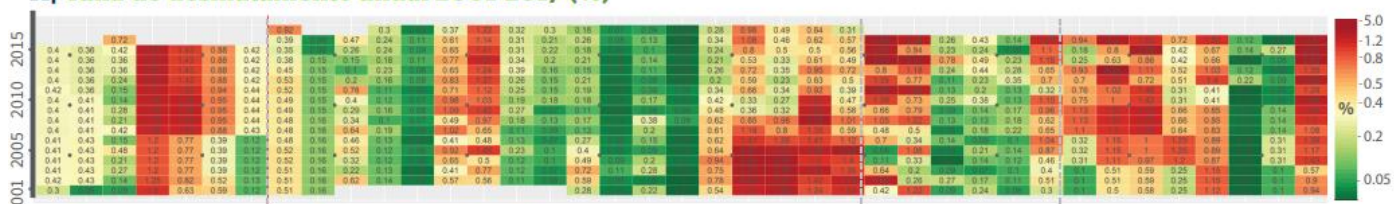
Tabela 1.8 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preços correntes no Amapá 2012 a 2016

Amapá	2012 a 2016 (%)				
	2012	2013	2014	2015	2016
Total das Atividades	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
AGROPECUÁRIA	2,7	2,2	2,2	2,1	2,1
Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós-colheita	0,8	0,7	0,8	0,7	0,8
Pecuária, inclusive apoio à Pecuária	0,6	0,6	0,7	0,6	0,6
Produção florestal, pesca e aquicultura	1,3	0,9	0,7	0,8	0,8
INDÚSTRIA	11,9	13,2	10,5	12,9	11,8
Indústrias extrativas	1,5	1,8	0,6	0,2	0,2
Indústrias de transformação	2,4	4,7	3,4	3,4	3,0
Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	0,6	0,6	-0,7	1,3	3,0
Construção	7,4	6,1	7,2	7,9	5,6
Serviços	85,4	84,7	87,4	85,1	86,1
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	13,5	13,6	14,3	13,2	11,2
Transporte, armazenagem e correio	2,6	2,1	2,5	1,9	2,1
Alojamento e alimentação	4,1	3,5	3,6	3,6	4,7
Informação e comunicação	1,4	0,8	1,1	1,3	1,1
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	1,5	1,7	2,1	2,2	2,4
Atividades imobiliárias	8,2	10,5	8,9	10,3	10,6
Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares	3,9	4,0	5,8	4,6	3,5
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	45,6	44,3	44,3	43,7	46,2
Educação e saúde privadas	1,8	1,8	2,3	2,3	2,3
Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços	1,6	1,3	1,0	0,8	0,8
Serviços domésticos	1,2	1,2	1,4	1,3	1,1

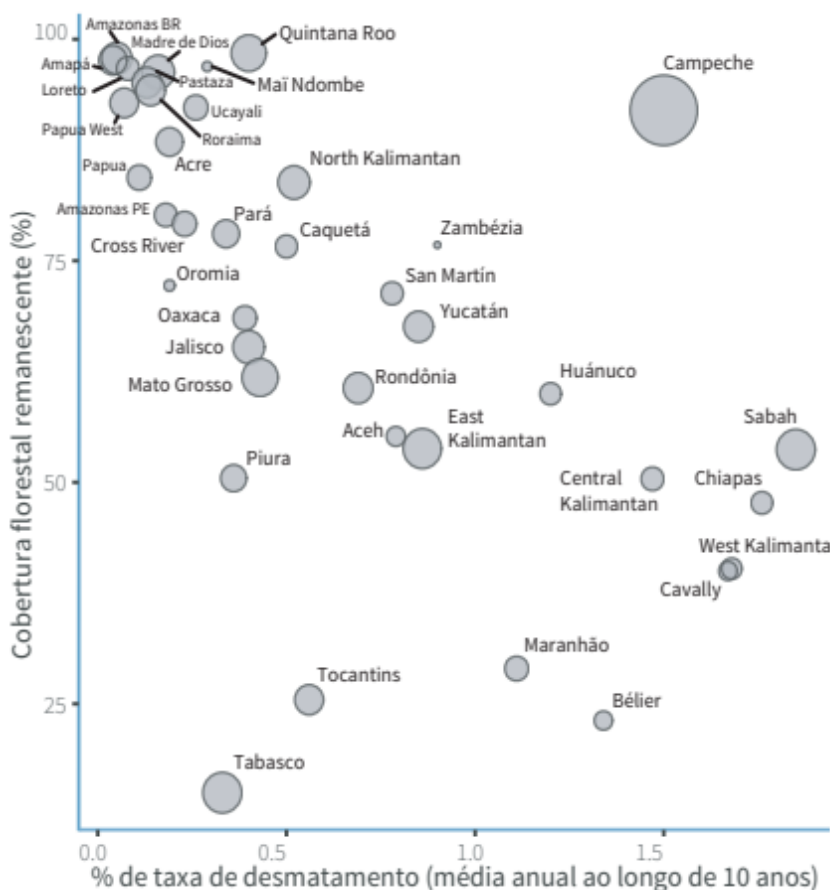
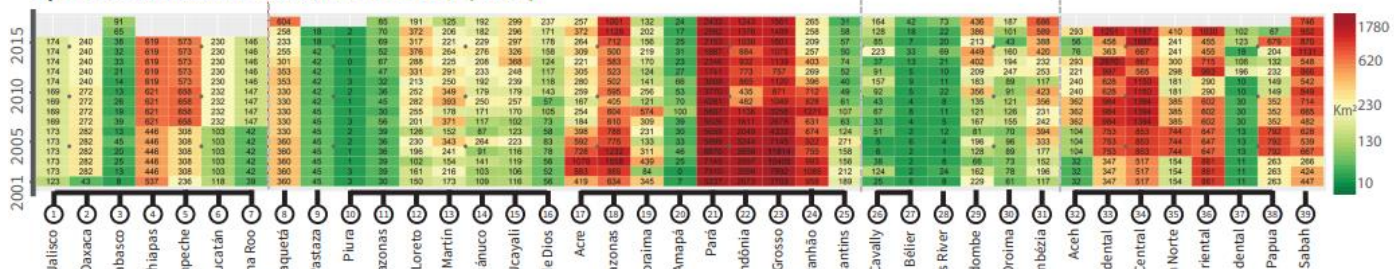
Com indicadores socioeconômicos inferiores às médias nacionais e internacionais, o Amapá apresenta um dos menores índices de desmatamento do planeta, com mais de 90% de seu território preservado:

TENDÊNCIAS DE DESMATAMENTO E EMISSÕES

A) Taxa de desmatamento anual 2001-2017 (%)



B) Desmatamento anual 2001-2017 (km²)



30
10
2

PIB per capita
(em milhares de USD)

Produção de soja (mi. ton.)

31%

Produção de óleo de palma (mi. ton.)

30%

Gado bovino (mi. cabeças)

18%

Área de floresta tropical

28%

Estoque de carbono florestal

33%

População

4%

Jurisdições de amostra

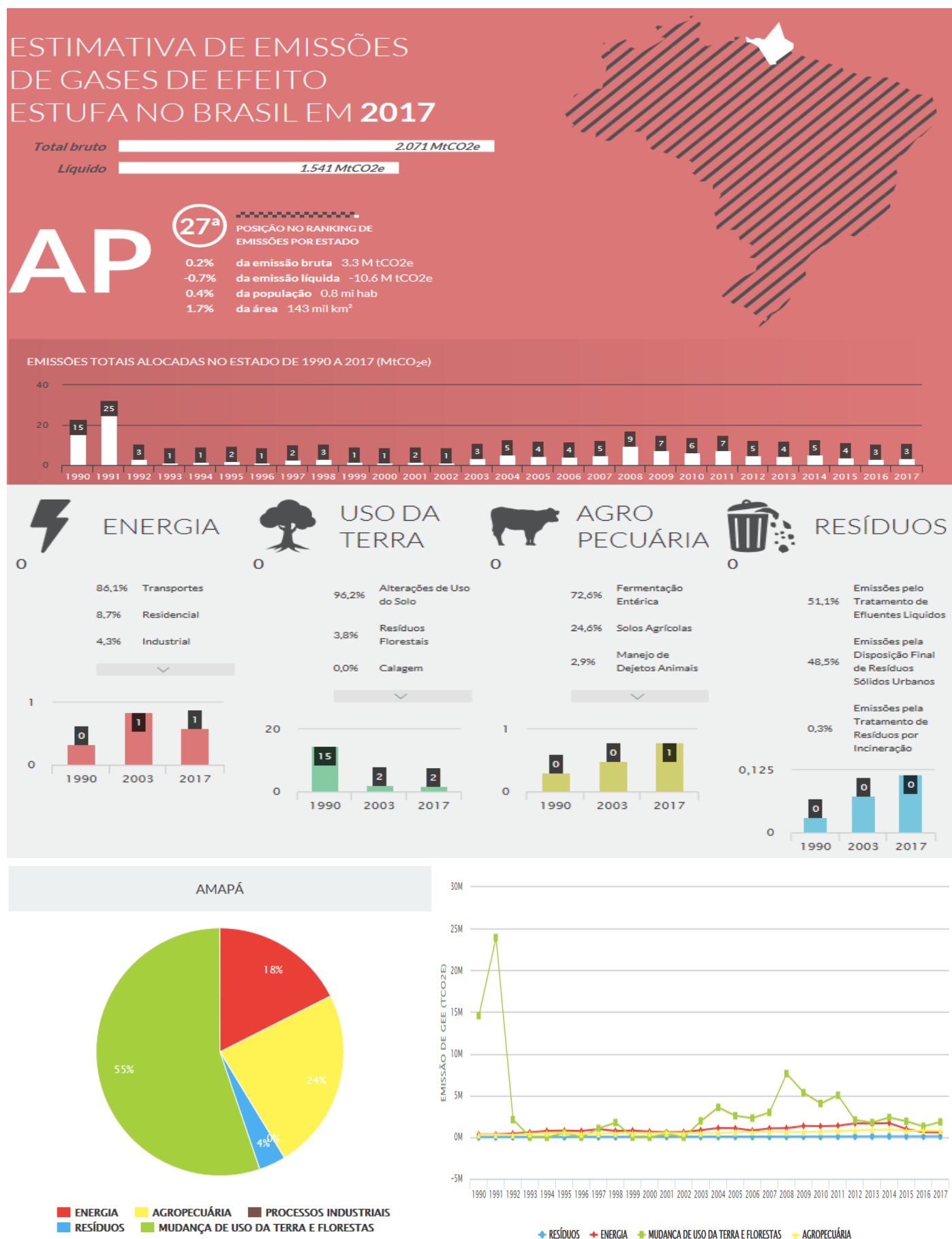
Restante dos trópicos

Números de 2015

Disponível em: <https://earthinnovation.org/>

PERFIL DAS EMISSÕES NO AMAPÁ

De acordo com os estudos disponibilizados pela SEEG Brasil, o Amapá apresenta uma das menores emissões do país, corroborando sua posição como prestador de serviços ambientais na Amazônia:



ações e compromissos específicos

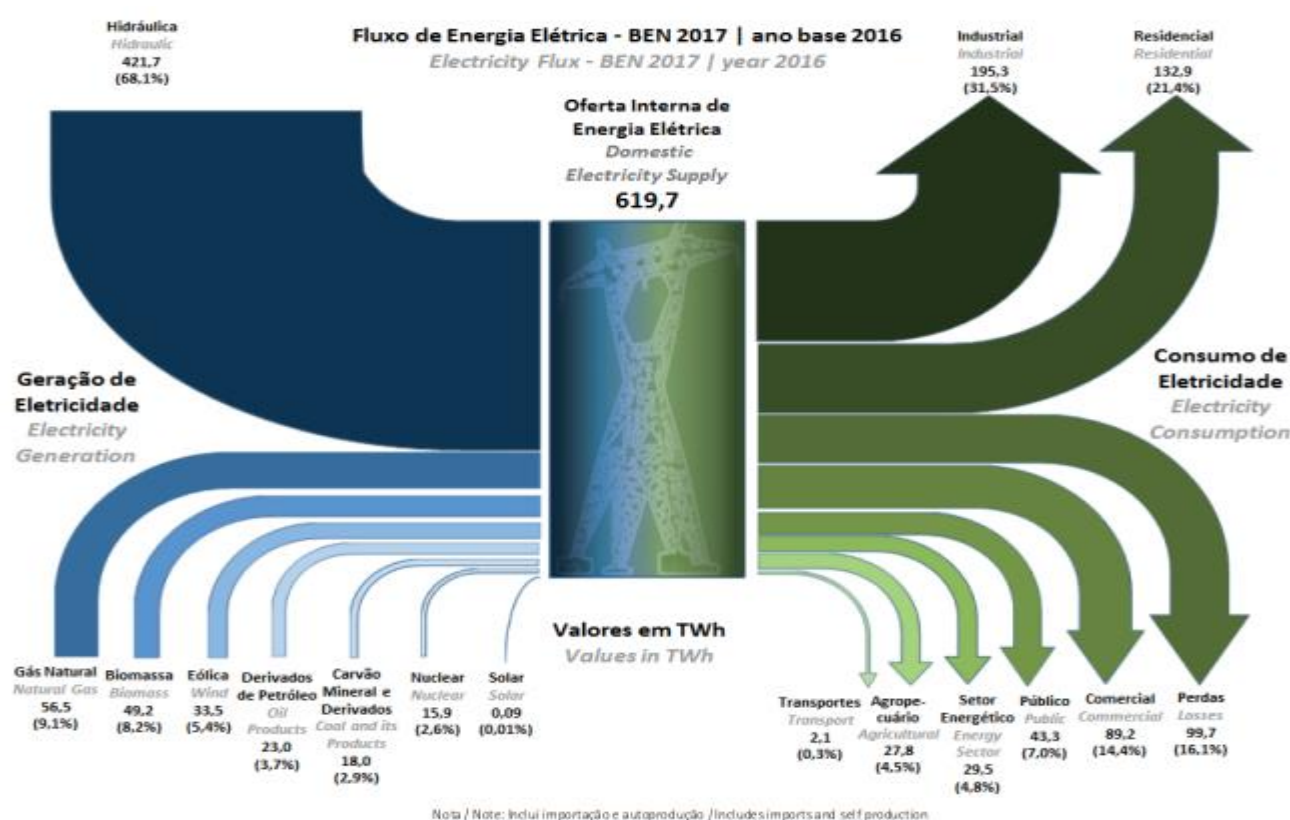
Considerando o perfil do Amapá – um estado subnacional com um dos menores índices de desmatamento do planeta, mas com uma matriz econômica incipiente e desprovida de oportunidades para a população, com subsequente riscos socioambientais, a meta é a estruturação de uma economia verde inclusiva.

Apesar de ser um dos fundadores da Força Tarefa dos Governadores para o Clima e Florestas (GCF Task Force), busca-se maior efetividade na atuação, tendo como diretriz a integração dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS ao planejamento e estratégias do Amapá para a construção de uma agenda transversal e estruturante, e a celebração de novas parcerias como o *Under²*.

METAS PARA 2020 - 2030

1) Inserir participação das energias renováveis (ODS 7) – com destaque para a solar (alta incidência devido a localização na Linha do Equador) – na matriz energética do Amapá, até 2019, com progressiva ampliação do uso, especialmente em comunidades isoladas atendidas atualmente por termoeletricas à diesel, até 2030;

FLUXO DE ENERGIA ELÉTRICA - BEN 2017 / ANO BASE 2016 (PG. 40)



GERAÇÃO DE ELETRICIDADE POR FONTE (PG. 152)

ESTADO	Geração total Total Generation	Hidro Hydro	Eólica Wind	Solar Solar	Nuclear Nuclear	Termo Thermal	Bagaço de cana Sugar Cane Bagasse	Lenha Firewood	STATE
BRASIL	578.898	380.911	33.489	85	15.864	148.549	35.236	1.970	BRAZIL
NORTE	72.206	63.097		1		9.108	279	125	NORTH
Roraima	156	13				144			Roraima
Pará	31.774	30.111				1.663	3	118	Pará
Amapá	1.891	1.831				60			Amapá
Tocantins	8.282	8.026				256	255		Tocantins

BALANÇO ENERGÉTICO NACIONAL 2017 | ano base 2016, Empresa de Pesquisa Energética – EPE, disponível em: http://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-46/topico-82/Relatorio_Final_BEN_2017.pdf

2) Implantar um modelo de fomento à economia verde, disponível inclusive para as comunidades tradicionais da floresta, lastreada nos serviços ambientais prestados pelas áreas conservadas do Amapá, até final 2019, em função da atual matriz econômica do Amapá, com reconhecimento da criticidade e urgência da erradicação da pobreza (ODS 1), implantação de um modelo de agricultura sustentável (ODS 2), e estímulo à criação de oportunidades de trabalho e empreendedorismo (ODS 3);

3) Implantar um sistema de monitoramento integrado a um novo modelo de licenciamento ambiental eletrônico (ODS 9, 12 e 13), para criação de sinergia entre a conservação ambiental e um ambiente atrativo ao desenvolvimento da economia verde (ODS 8), até 2020;

4) Construir um planejamento de médio (2023) e longo prazo (2030), integrado aos ODS, com a proposição de uma visão integradora no âmbito da Amazônia Legal (9 estados subnacionais, recentemente unidos através de consórcio público), até 2020 (ODS 17).

GOVERNANÇA

Para fins da agenda climática, a governança no Estado do Amapá conta com uma série de instrumentos, seguindo o desenho de participação da tríade: Estado, Sociedade e Mercado.

- Conselho Estadual de Gestão Fiscal: formado pelos Chefes de Poder (Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas), discute e toma decisões em maior estância, com a definição dos instrumentos de planejamento, inclusive quanto à integração dos ODS;

- Secretarias de Estado de Planejamento (SEPLAN) e Meio Ambiente (SEMA), atuando de forma integrada com os demais órgãos governamentais;

- Conselho Estadual de Meio Ambiente – COEMA e Fórum Amapaense de Mudanças Climáticas Globais e Serviços Ambientais – FAMCSA;

- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE.

Há ainda, desde março de 2019, a instituição do **Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal**, autarquia pública formada por 9 estados: AC, AM, AP, MA, PA, RO, RR e TO, representando mais de 60% do território e da Amazônia.

Uma entidade com governança própria, atuando com parcerias estratégicas nacionais e internacionais, e que lançou em agosto de 2019 seu planejamento estratégico. Um documento pactuado, com uma visão de futuro de tornar o bloco referência global em articulação, estratégia e governança para transformar a Amazônia Legal em uma região competitiva, integrada e sustentável, até 2030, e que estabeleceu, em síntese, o seguinte mapa estratégico:

